



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

oi

Oi propõe PLACAR 2016 igual ao de 2015, mas um dos indicadores aumenta de peso

Em que pese a situação da empresa, com pedido de Recuperação Judicial, foi possível, mesmo assim, conseguir manter para 2016 o pagamento do Placar, o Programa de Participação nos Resultados.

Em linhas gerais, o programa é o mesmo do ano passado e que pagou 2,2 salários igualmente para todos.

Permanecem como indicadores: Receita Líquida; Ebitda; Reclamações Anatel e Base de Clientes. Só o último, Dívida Líquida, muda um pouco e aumenta o seu peso, que passa a ser de 30%.

Cabe ressaltar, que este indicador é exatamente o sucesso da Recuperação Judicial. Se esta meta for conquistada, os/empregados/as terão a possibilidade de receber o prêmio, o que, para um ano de imensos problemas, tanto dentro da empresa, como fora e no país todo, estaria dentro do razoável.

Características gerais

O Programa é válido para as empresas Telemar Norte Leste, Oi Móvel S/A, Oi S/A, BrT Multimídia. As regras valem exclusivamente para 2016 e o target é de 3 salários e o prêmio pode variar entre 0 e 4 salários (referência é o salário base de dez/16). O prêmio será em função do desempenho de cada indicador x o seu peso.

Pagamento

Caso as metas sejam atingidas, o pagamento do

Sinttel chama assembleia para avaliação

Dia 25/07

8h - R. do Rosário 150, 4º andar

10h - Prédio Sede - Enseada do Suá

Placar 2016 será efetuado até o dia 30 de abril de 2017, após a divulgação do balanço 2016.

Faltas não justificadas, licenças e afastamentos de qualquer natureza ocorridos no período entre 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 serão descontados do valor do prêmio (exceto afastados por Acidente de Trabalho, Licença Maternidade e inscritos no Programa de “Doenças Crônicas”).

Os/as trabalhadores/as desligados e que pedirem demissão antes de 31 de dezembro de 2016, desde que elegíveis, receberão o pagamento do PLACAR em até 60 dias após

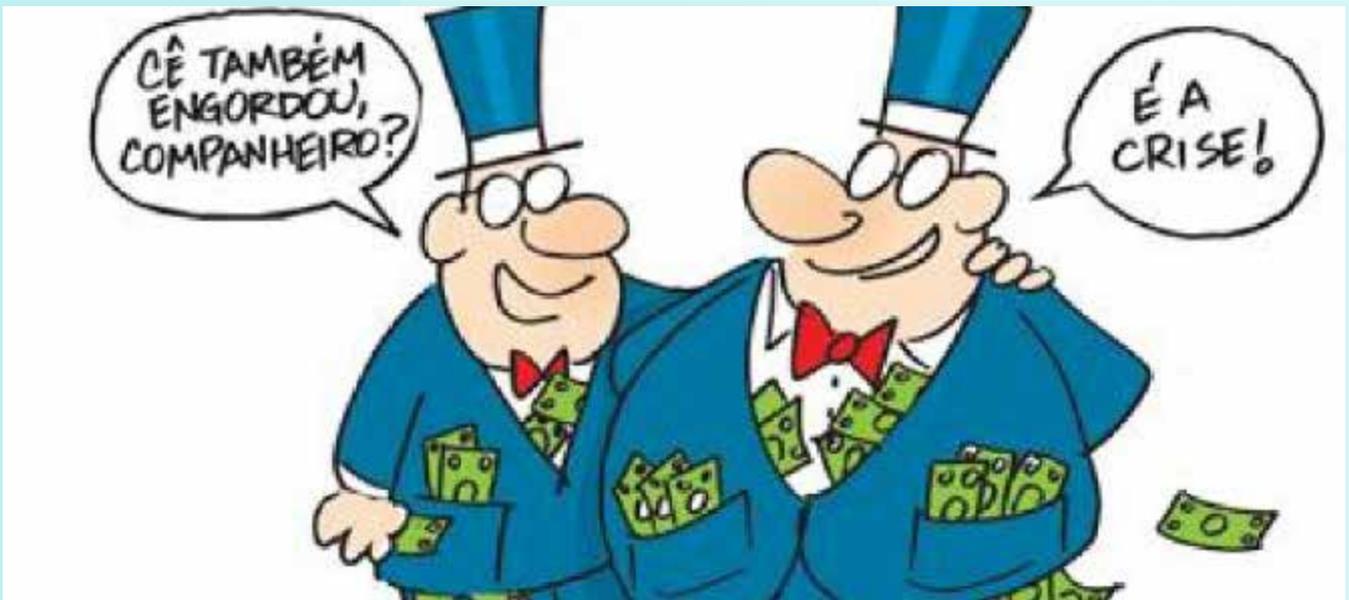
o pagamento dos/as trabalhadores/as ativos. O valor do programa será calculado considerando o salário de dezembro de 2016.

Desligados/as pela empresa elegíveis no Programa receberão em até 60 dias após o pagamento dos trabalhadores/as “ativos/as”.

INDICADORES	PESO
RECEITA FATURADA:	15%
EBITDA DE ROTINA:	30%
RECLAMAÇÕES ANATEL:	10%
BASE OI TOTAL + OCT (Oi Conta Total)	15%
DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE EBITDA DE ROTINA	30%

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757



Quem pode receber?

Todos/as os/as trabalhadores/as da Oi que, no ano 2016, tenham trabalhado na empresa por um período igual ou superior a 1 mês* completo - (pagamento proporcional). Desligados antes de 31 de dezembro de 2016 com no mínimo 1 mês* efetivamente trabalhado na empresa - (pagamento proporcional). Os/as empregados/as que pedirem demissão receberão a parcela do Placar desde que tenham participado no mínimo 1 mês* efetivamente trabalhado na empresa, em até 60 dias após o pagamento dos demais trabalhadores/as - (pagamento proporcional)).

Quem não está no programa?

Estagiários/as, menores aprendizes e aprendizes técnicos não participam do Placar.

Trabalhador es/as demitidos/as por justa causa não serão elegíveis ao programa.

Faltas não justificadas e licenças de qualquer natureza serão descontadas do valor pago a título de Participação nos Resultados - PLACAR. Trabalhadores/as afastados, se elegível, recebe parcela pró-rata.

Afastamentos

Os afastamentos por Acidente de Trabalho e Licença Maternidade ocorridos no período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, não serão descontados, para fins exclusivamente de apuração e pagamento da parcela do PLACAR 2016, se a ela tiverem direito, desde que sejam cumpridos os critérios de elegibilidade, sendo que o prêmio será pago integralmente no ano em que os/as trabalhadores/as efetivamente participar do programa.

* mês: integral trabalhado.

Assembleia dia 25/07, às 8h no Predio do Rosário e às 10h, no prédio da Enseada!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/07/2016 - Sinttel-ES - Tânia Trento

Vivo anuncia nova reestruturação e PDV

Em continuidade ao processo de fusão com a GVT, a Telefônica Vivo apresentou um plano de reestruturação com demissão voluntária da empresa. O RH informou que ainda há a necessidade de eliminar alguns cargos sobrepostos, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

No estado de São Paulo será necessária a redução de cerca de mil postos de trabalho duplicados da área administrativa. Por outro lado, a empresa informa que tem projetos de internalizar serviços executados por

empresas terceirizadas e aumentar a contratação de trabalhadores da área de campo e de teleatendimento.

Para efetuar a redução em seu quadro de trabalhadores/as, a empresa abrirá um Processo de Demissão Voluntária (PDV). Com o intuito de minimizar o impacto econômico na vida dos/as trabalhadores/as envolvidos nesse processo, os Sindicatos de Trabalhadores negociou um pacote de benefícios para desejar sair.

TEMPO DE CASA (em anos*)	Nº SALÁRIOS
Zero a 05	1
06 a 09	2
10 a 14	3
15 a 16	5
17 a 18	6
19 a 20	7
21 a 22	8
23 a 24	9
Acima de 25	10

- – **VA/VR: não desconto do valor residual no mês de desligamento; – Doação do aparelho celular;**
- – **R\$ 1.533 referente ao auxílio-creche/babá/dependente com deficiência por filho que recebe atualmente;**
- – **Plano de Saúde (oriundos Vivo): extensão de 120 dias da assistência médica por meio de adesão à Lei 9656;**
- – **Plano de Saúde (oriundos GVT): extensão de 60 dias da assistência médica.**

O SINTTEL-ES, por princípio, é contra demissões. Entretanto, diante de um processo irreversível como a fusão de empresas, os Sinteis do Rio, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia buscaram uma alternativa para minimizar o impacto na vida dos/as trabalhadores/as.

O período para inscrição é de 21 a 25 de julho. Mais informações serão divulgadas pela empresa. Vale lembrar que cada caso será analisado pelo RH, o pedido poderá ou não ser aceito e todos receberão uma resposta sobre a solicitação.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/07/2016 - Telesíntese

Antonio Loss vai presidir a Telebras

Seu nome e dos diretores Jarbas Valente, operações; Paulo Ferreira, administrativo financeiro; e Alex Magalhães, comercial, serão submetidos hoje à reunião virtual do conselho de administração. Também serão aprovados os novos integrantes do conselho de administração e fiscal.

Em reunião virtual, por circuito deliberativo, o Conselho de Administração da Telebras, deve aprovar hoje os nomes dos novos integrantes da diretoria e dos conselhos de Administração e Fiscal. Para presidir a empresa, em substituição a Jorge Bittar, demissionário desde a aprovação do impeachment da presidente Dilma, foi escolhido Antonio Loss, executivo do setor que passou pela Net Sul, Net Serviços, Oi e que, desde novembro de 2014, se encontrava no comando da Via Sat do Brasil. Os demais integrantes da diretoria, como anunciou o Tele.Síntese, serão o ex-conselheiro da Anatel, Jarbas Valente, na área de operações; Paulo Ferreira, da Universidade Mackenzie, na diretoria administrativo-financeira; e Alex Magalhães, ex-Globo, na área comercial.

Bittar, que se encontra na Espanha para uma reunião das empresas que integram o consórcio do cabo submarino, que vai ligar o Brasil à Europa, foi informa-

do ontem pelo ministro Kassab sobre sua substituição.

A escolha de Loss, segundo assessores do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, levou em conta sua recente experiência na área de satélite, já que um dos principais programas da Telebras é o satélite brasileiro de banda Ka, em fase de testes na França e que será lançado no início do próximo ano. A Via Sat trabalha com satélites de banda Ka, tecnologia que, segundo a empresa, tem potencial competitivo em cerca de 9 milhões de domicílios brasileiros.

Para o Conselho de Administração foram indicados, pelo governo, os nomes de André Borges, Maximiliano Martinhão e Alvaro Prata, todos secretários do MCTIC, como anunciou ontem o Tele.Síntese. Para o Conselho Fiscal, a indicação é de Carlos Roberto Fortner e Afonso Orlandi Neto, efetivos e Carlos Roberto Trinchão Santos e Paulo Roberto Pertusi, suplentes.

21/07/2016 - Convergência Digital

Oi marca reunião para discutir mudança no Conselho

A Oi convocou para esta sexta-feira, 22/7, uma reunião do Conselho de Administração para discutir a demanda do acionista Societé Mondiale Fundo de Investimento em Ações.

Gerido pela administradora de recursos Bridge Trust, que teria como como investidor o empresário Nelson Tanure, o fundo Societé Mondiale quer trocar membros portugueses do Conselho de Administração.

O fundo quer destituição dos membros titulares



Rafael Luís Mora Funes, João Manuel Pisco de Castro, Luís Maria Viana Palha da Silva, André Cardoso de Menezes Navarro e Pedro Zañartu Gubert Moraes Leitão, além de seus suplentes.

Eles foram indicados pela antiga Portugal Telecom (hoje Pharol), por conta da fusão com a Oi, negócio que acabou desfeito após a constatação de irregularidades. A Pharol, no entanto, ainda detém

mais de 22% do capital da Oi.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/07/2016 - Vermelho

Temer quer deixar trabalhador mano a mano com patrões

O ministro ilegítimo do Trabalho, Ronaldo Bastos, anunciou oficialmente nesta terça-feira (20) que vai defender, no Congresso Nacional, que as leis que protegem os trabalhadores tenham menos valor que negociações isoladas entre empresas e empregados.

Medidas de Temer podem transformar carteira de trabalho em peça de museu. Medidas de Temer podem transformar carteira de trabalho em peça de museu. Então, com essa mudança, podemos imaginar algumas situações. Se a lei determina que as férias são de 30 dias, mas o dono de uma grande empresa disser aos funcionários que aceitem férias de 15 dias ou, do contrário, serão demitidos, é bem provável que as férias passarão a ter apenas 15 dias.

Uma hora de almoço pode ser transformada em apenas meia hora. O 13º salário pode deixar de ser pago em determinado ano sob alegação de dificuldades financeiras. E por aí vai. Com o tempo, os direitos trabalhistas vão acabar. A carteira de trabalho vai ser peça de museu.

Esse projeto do governo ilegítimo do Temer é comumente chamado pelos dirigentes sindicais de “negociado sobre o legislado”.

“Esse projeto é gravíssimo. Em momentos de crise, como este que vivemos e que ainda deve durar bastante tempo, os trabalhadores têm menor poder de barganha, e as empresas vão fazer chantagem, coação econômica”, explica Hugo Cavalcanti Melo Filho, presidente da Associação Latino-americana de Juizes do Trabalho.

Respeito à Constituição

O ministro do Temer afirma que os princípios constitucionais não serão desrespeitados. Pura retórica, explica o juiz Hugo. “É fácil dizer isso, porque a Constituição só aponta princípios, ela não regulamenta os direitos e a proteção ao cidadão. Isso quem faz são as leis específicas”, afirma. “Se você torna a negociação entre as partes um instrumento mais forte que as leis, a Constituição não tem valor prático”, diz.

Um exemplo claro dos limites da Constituição pode ser encontrado no inciso 30 do artigo 7º da Constituição. Esse inciso diz que não pode haver diferença salarial em virtude de sexo. No entanto, na prática, as mulheres continuam ganhando menos, pois não houve lei que

regulamentasse esse princípio apontado pela Constituição.

Negociação pode?

Pode, claro. Este é inclusive um dos princípios do sindicalismo. Porém, segundo o Direito do Trabalho, as negociações entre as partes só podem ser realizadas com o objetivo de ampliar ou aperfeiçoar direitos, jamais o contrário. É o chamado princípio de progressividade.

Além disso, nem todos os trabalhadores têm sindicatos realmente fortes para sentar à mesa de negociações em condição de igualdade. E há, infelizmente, sindicatos que aceitariam acordos ruins para fins paralelos.

E, como lembrou o juiz Hugo, em situação de queda da economia, os trabalhadores ficam mais fragilizados, o que dificulta a resistência a propostas negativas.

Tem de matar no ninho

Para a advogada Silvia Lopes Burmeitef, presidenta da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, a maneira mais segura de garantir os direitos trabalhistas é implodir no Congresso Nacional os três projetos de lei que têm a finalidade de fazer o negociado prevalecer sobre o legislado.

“Existe a possibilidade, caso o projeto seja aprovado pelos deputados e senadores, de entrar na Justiça para questionar sua constitucionalidade. E creio que as centrais sindicais o farão, caso necessário”, diz Silvia.

“Porém”, diz ela, “o retrato que temos hoje do Supremo Tribunal Federal nos mostra que dificilmente aquela corte decidiria a favor dos trabalhadores. Não confio no Congresso nem no STF”, alerta. “O mais seguro é impedir sua aprovação”, reafirma.

Como? “Temos de fazer mobilizações, atos e um intenso trabalho político”, responde Valeir Ertle, secretário nacional de Assuntos Jurídicos da Central. “Os trabalhadores e trabalhadoras precisam ser informados dos riscos que esse projeto representa e temos de barrá-lo”. Mais uma razão, portanto, para #ConstruirGreveGeral.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/07/2016 - Vermelho

Miriam Belchior critica mudanças na Caixa, que agora é para ricos

A ex-ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que também foi presidenta da Caixa Econômica Federal durante a gestão Dilma Rousseff (PT), criticou as mudanças no banco público anunciadas pelo interino Michel Temer (PMDB-SP). A Caixa agora passará a fazer financiamento de imóveis de até R\$ 3 milhões. Segundo Miriam, enquanto essa faixa com mais renda é privilegiada por Temer, a população mais carente fica sem alternativas. "É nenhuma preocupação com quem mais precisa", diz.

"Ao mesmo tempo em que puxa para R\$ 3 milhões, congela este ano contratações para a Faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida - famílias com renda de até R\$ 1,8 mil mensais. Acho que essa é a grande questão: o recurso sendo usado para imóveis de valor muito mais alto, enquanto que a população que mais precisa fica sem alternativa", disse em entrevista ao jornalista Paulo Henrique Amorim, do Conversa Afiada.

Confira abaixo a íntegra:

A propósito de uma decisão do governo interino de a Caixa Econômica Federal passar a financiar imóveis de até R\$ 3 milhões - o valor máximo, hoje, é de R\$ 1,5 milhão -, o Conversa Afiada entrevistou a ministra Miriam Belchior, que também foi presidenta da Caixa.

PHA: Ministra, como a senhora explica essa decisão?

Miriam Belchior: Acho que quem tem que explicar é o governo interino. Tenho só a lamentar que um banco público como a Caixa mude a sua orientação e passe a fazer financiamento de um montante tão alto. Imagine o que é um imóvel de R\$ 3 milhões, que se localiza, por exemplo, numa cidade como São Paulo. Quantos quartos ou suítes, quantas vagas de garagem. E a gente sabe que 80% do déficit habitacional do país fica na faixa de até três salários mínimos. Ao mesmo tempo em que puxa para R\$ 3 milhões,

congela este ano contratações para a Faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida - famílias com renda de até R\$ 1,8 mil mensais. Acho que essa é a grande questão: o recurso sendo usado para imóveis de valor muito mais alto, enquanto que a população que mais precisa fica sem alternativa.

PHA: A senhora, que conhece a contabilidade da Caixa Econômica Federal, como explicaria isso diante dos recursos disponíveis da Caixa hoje?

Miriam: Olha, eu não vi com detalhes a decisão, mas na verdade a Caixa, aparentemente, está contratando abaixo do que está orçado para o ano. Ela tem os recursos e não consegue contratar tudo o que está disponível. Por isso está ampliando o teto do valor do imóvel. Considero que isso não é o mais adequado para um banco público.

PHA: Seria essa - especulação minha - uma medida para atrair interesses da indústria da construção civil?

Miriam: É, pode ser que seja, não sei dizer o que é que está movendo essa decisão. Acho que o que é muito mais importante, e que mostra bem o que é o governo interino, é nenhuma preocupação com quem mais precisa. Então, aumenta para R\$ 3 milhões, garante o financiamento para quem tem renda muito alta e congela todas as contratações para as famílias de baixa renda.

PHA: Qual seria a faixa do mercado que poderia atender o consumidor de um imóvel de R\$ 3 milhões?

Miriam: Certamente insignificante, porque considerando a renda da população brasileira. Quem tem condição de comprar um imóvel de R\$ 3 milhões, mesmo financiando, precisa de uma renda muito alta. Portanto, é uma minoria da população brasileira.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/283918-1>